



**PPRI**  
Partido Proletário  
Revolucionário  
Internacionalista

**INDEPENDENTES**



Boletim - 8, 9 e 10 Abril 2026

**SINPEM**

# APROVAR A GREVE UNIFICADA DO FUNCIONALISMO EM SÃO PAULO PARA ENFRENTAR A POLÍTICA PRIVATISTA DE NUNES/MDB E TARCÍSIO/REPUBLICANOS

O funcionalismo público, nas esferas federal, estadual e municipal, vive hoje no Brasil uma realidade marcada pelo sucateamento dos serviços públicos com o avanço da privatização e da terceirização, que retira direitos, rebaixa a força de trabalho e ataca diretamente a população que depende desses serviços. Precarização das condições de trabalho, sobrecarga de funções, rebaixamento salarial e instabilidade no emprego são parte do cotidiano de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, onde São Paulo é um dos principais laboratórios da política privatista imposta pela burguesia e é utilizado como exemplo para outros estados. Os ataques ao funcionalismo objetivam aumentar os lucros super-explorando a força de trabalho. No caso do funcionalismo, ao rebaixar os salários e destruir direitos, uma fatia maior dos recursos orçamentários para pagamento de salários, serviços sociais e aposentadoria são desviados para os bolsos dos capitalistas via privatizações, terceirizações, subsídios etc. O funcionalismo está sofrendo o que já foi imposto ao setor privado, ou seja, as consequências da decomposição do capitalismo e sua tendência de afundar os assalariados na miséria e na fome.

**No magistério estadual paulista**, Tarcísio de Freitas impõe o **desemprego**, com uma média de 40 mil professores demitidos todos os anos em função do fechamento de turnos/salas, da ampliação das escolas de tempo integral (PEI) e da plataformização, e o **subemprego** crônico, se configurando na prática como um verdadeiro processo de “uberização da educação”, com professores que desempenham suas funções sem nenhuma garantia de permanência no trabalho e sem nenhum direito funcional. Como se não bastasse, a parcela de professores efetivos que

ainda restam na rede estadual está sendo submetida a uma avaliação que utiliza um sistema de cores, chamado de “farol” ou “farol de desempenho”, que tem impactado diretamente na atribuição de aulas e permanência dos professores em suas escolas de lotação, dentre outros impactos, que tem inclusive levado a demissão de uma parcela. A avaliação considera indicadores como assiduidade, conclusão de cursos (Multiplicar), avaliação dos alunos, avaliação do trio gestor e validação da gestão, ou seja, uma verdadeira ferramenta de perseguição aos professores.

**Na rede municipal de ensino e demais serviços públicos municipais (saúde e assistência social)** não tem sido diferente. Ricardo Nunes tem seguido fielmente a cartilha privatista, com a ampliação dos **contratos temporários e precarizados** de professores e do quadro de apoio nas escolas, de agentes de saúde, assistentes sociais, médicos, psicólogos e outros servidores que prestam serviço nas UBS, CRAS, UVIS, etc; além da terceirização completa dos serviços de limpeza e merenda nas escolas, da privatização quase finalizada do atendimento dos bebês de 0 a 3 anos nas creches (conveniadas e indiretas) e que agora avança para o atendimento da demanda das EMEIs de 4 a 6 anos; da ampliação das escolas de tempo integral (SPI), da plataformização, do projeto de privatização da gestão escolar, da pressão em torno dos índices das avaliações externas, dentre tantos outros ataques às condições de trabalho.

Para além dos elementos já apontados acima, o funcionalismo também sofre com o **arrocho salarial** cada vez mais profundo, que se manifesta de diferentes formas (abono complementar sem incorporação ao padrão de vencimentos ou a transformação dos salários em subsídio), mas sobretudo mantendo a essência do rebaixamento

da força de trabalho, como o intuito de nivelar por baixo, em consonância com a reforma trabalhista que atingiu os trabalhadores da iniciativa privada desde 2017.

Diante desse cenário, é urgente construir uma resposta à altura dos ataques dos governos, agentes da burguesia no poder do estado. No entanto, as direções sindicais tanto da APEOESP, quanto do SINPEEM, SINDSEP e demais sindicatos do funcionalismo, em sua imensa maioria dirigidos pelo PT e PCdoB, têm atuado na contenção da luta de classes, isso porque são movidos por interesses aparelhistas,

corporativistas e eleitoreiros, que não têm nenhuma relação com interesses coletivos dos assalariados e da juventude oprimida que sofre diretamente as consequências da barbárie capitalista. Portanto, **a Unidade Independente Classista e Combativa atuará nas assembleias dos dias 8, 9 e 10, apesar de serem fragmentadas pela política divisionista das burocracias sindicais em função da sua completa submissão ao calendário eleitoral e ao calendário imposto pelos governos com as mesas de enrolação. Neste sentido, levantamos as seguintes defesas:**



## **GREVE UNIFICADA POR TEMPO INDETERMINADO!**

Defendemos a construção de uma greve unitária do funcionalismo municipal e estadual, com a realização de assembleias conjuntas, fortalecendo a organização coletiva e a correlação de forças no enfrentamento aos governos de turno.



## **UM PLANO DE REIVINDICAÇÕES COMUM:**

- **Emprego:** com estabilidade a todos! Por meio da efetivação dos trabalhadores contratados e terceirizados.
- **Salário:** reposição das perdas inflacionárias e aumento real. Que nenhum trabalhador ganhe menos que o salário-mínimo do DIEESE, calculado em R\$ 7.164,94 para cobrir despesas básicas de uma família de quatro pessoas
- **Condições de trabalho:** fim das privatizações e terceirizações; combate à plataformização; abaixo ao SPI, PEI e todas as formas de precarização!



## **MÉTODOS DE LUTA:**

Nossa força está na mobilização coletiva! Nenhuma confiança nas negociações com a categoria desmobilizada. Só a mobilização coletiva pode barrar os ataques e garantir nossos direitos! É preciso construir uma poderosa greve, sustentada na ação direta, com uma greve ativa e combativa, organizada desde a base, com

ocupações, paralisações e manifestações que pressionem governos. Chega de vigílias na frente da prefeitura, da câmara municipal ou da ALESP! Seguir o exemplo dos indígenas do Tapajós, ocupando lugares estratégicos e só arredar o pé quando as reivindicações mais sentidas forem atendidas.



## **CHEGA DE IMOBILISMO!**

É fundamental que as centrais sindicais rompam com a passividade, e assumam a tarefa de unificar as lutas do funcionalismo, construindo uma resposta nacional à altura dos

ataques desfechados. Basta de eleitoralismo! Eleição não muda nada, a democracia burguesa é a ditadura de classe da burguesia contra a maioria explorada.



**UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA**

